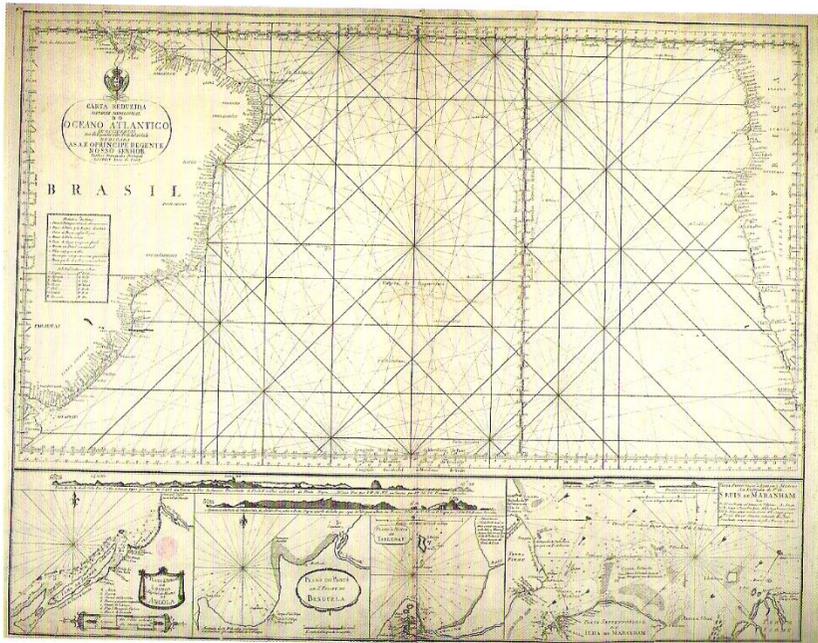


**João Carlos Garcia:
Mapas Para Ladislau Magyar: Angola na Cartografia Portuguesa
Do Século XVIII**

Os mapas de Ladislau Magyar têm sido analisados no âmbito das suas narrativas de viagem na África meridional portuguesa: o quanto representam de contributo original para o conhecimento do interior de Angola, o quanto influenciaram as subseqüentes imagens cartográficas desse espaço, ao longo da segunda metade do século XIX. Porém, pouca atenção tem sido dada aos anteriores mapas, manuscritos e impressos, portugueses e estrangeiros, referentes ao futuro território de Angola, com os quais Magyar pode ter tido contacto, antes dos seus itinerários no interior africano. Refiro-me, em particular, aos existentes nos arquivos e bibliotecas, públicos e privados, do Rio de Janeiro, cidade que Magyar visitou várias vezes nos meados da década de 1840, onde se reunira um vasto universo documental, desde a chegada da Família Real portuguesa, do Governo e da corte, em 1808. Até 1821, Portugal e as suas colónias, incluindo Angola, foram governados a partir do Rio de Janeiro, onde se concentravam as instituições públicas, entre elas as militares, que elaboravam e utilizavam largamente a cartografia. Terá Magyar aí consultado ou adquirido mapas sobre o continente africano? Cartografia impressa sobre esses espaços existia e encontrava-se divulgada na Europa mas a qualidade da informação era medíocre e as escalas disponíveis abrangiam vastos territórios, com pouco pormenor.

A presença portuguesa na África do século XVIII teve um peso relativo, se comparada com a realidade brasileira e mesmo com a decadente influência nas costas do Índico. Os locais ou espaços controlados pelos portugueses nos litorais africanos eram escalas nas extensas rotas marítimas mas, sobretudo, entrepostos de tráfico dos escravos enviados para a América.



José Fernandes Portugal – Carta reduzida da parte Meridional do Oceano Atlântico, ... 1802

As etapas da História política e económica colonial explicam os surtos da Cartografia existente nos arquivos administrativos e militares portugueses, mas também franceses e ingleses. Aos mapas diplomáticos do reinado de João V sucedem os mapas urbanos e de fortificações do governo do Marquês de Pombal e, pelo final do século, os de exploração científica colonial, no reinado de Maria I. Ao longo do tempo a importância dos espaços varia, daí uma maior quantidade e diversidade de mapas para cada um deles.

Os mapas existentes correspondem a grandes regiões e sub-regiões geográficas (Angola e Moçambique) mas, particularmente, a Cartografia topográfica e urbana (Guiné, Cabo Verde, São Tomé), com fortes características militares. Poucas são as imagens portuguesas do conjunto do continente africano.

De 1665 data um muito notável atlas manuscrito de África, de João Teixeira Albernaz II, que se conserva nos Archives Nationales, em Paris. Além de um mapa geral, é constituído por 28 mapas dos litorais do continente. As imagens de Albernaz

foram as fontes para Pierre Mortier publicar os mapas de África insertos na “Suite du Neptune François” (Amsterdam, 1700). Guillaume Delisle publicará em 1708, uma nova imagem da África Meridional, também baseada em fontes cartográficas e textuais portuguesas de meados do século XVII.

A publicação de *Determination géographique de la situation et de l'étendue de différents parties de la Terre*, por Guillaume Delisle, em Paris, em 1722, teve consequências políticas, diplomáticas e científicas em Portugal e Espanha, ao colocar de novo o problema da determinação exacta de longitudes, para a fixação das fronteiras nas colónias sul-americanas. As negociações geopolíticas em torno da exploração de territórios coloniais fez-se com base em Cartografia renovada, e estendeu-se ao continente africano.



D. Luís da Cunha, embaixador português que discutira o problema com Delisle, incumbiu o seu sucessor como geógrafo do

rei de França, Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville, da realização de estudos geográficos e cartográficos sobre os interesses e domínios de Portugal na África austral, com base em fontes portuguesas. Em causa estava o projecto da ligação, o incremento do comércio e a exploração dos territórios entre Angola e Moçambique, face ao avanço da presença de outras potências coloniais. Projectos e ideias que Ladislau Magyar retomará passado mais de um século.

De 1725 datam quatro mapas manuscritos por D'Anville que correspondem à representação dos reinos do Congo, Angola e Benguela; do espaço entre o Cabo Delgado e o Equador; entre o Cabo Negro e Delagoa Bay (Maputo); à Zambézia e ao Monomotapa.



Estas imagens serão aproveitadas na *Carte de l'Ethiopie Orientale...* (1727), inserta in *Voyage historique d'Abyssinie*, do

jesuíta português Jerónimo Lobo, editada em Paris, em 1728. D'Anville preparará novos mapas, que corrigem significativamente a distância entre as costas da África Austral: *Carte particulière du Royaume du Congo* (1731), *Carte particulière des Royaumes d'Angola, de Matamba et Benguela* (1731) e *L'Éthiopie Occidentale* (1732). Os mapas foram incluídos na obra de J. P. Labat, *Relation historique de l'Éthiopie Occidentale*, editada em Paris, em 1732. Foram estes trabalhos, utilizando o conhecimento geográfico português, que serviram de base ao mapa geral de África de D'Anville, intitulado: *Afrique, publiée sous les auspices de Monseigneur le Duc D'Orléans* (Paris, 1749), modelo cartográfico seguido por muitos autores até ao primeiro quartel do século XIX. Em 1783-1784, Jacinto José Paganino gravou em Lisboa imagens dos litorais do continente africano, desde Marrocos até ao Mar Vermelho. São mapas hidrográficos de pequena escala e que figuram apenas os principais acidentes da costa. Atendendo a que são complementares de roteiros náuticos para as viagens marítimas portuguesas, publicados pelo mesmo autor, alguns dos portos encontram-se mais detalhadamente desenhados. Embora pobres em informação, as obras de Paganino têm um lugar de relevo na escassa Cartografia impressa portuguesa do século XVIII.

Em Portugal, onde as capacidades técnicas de gravação e edição de cartografia não eram muitas, e o público comprador, colecionador e consumidor era restrito, os mapas continuaram a ser maioritariamente manuscritos. Foi o seu reconhecimento internacional através da impressão em países estrangeiros, que em muitos casos permitiu que as imagens chegassem até nós.

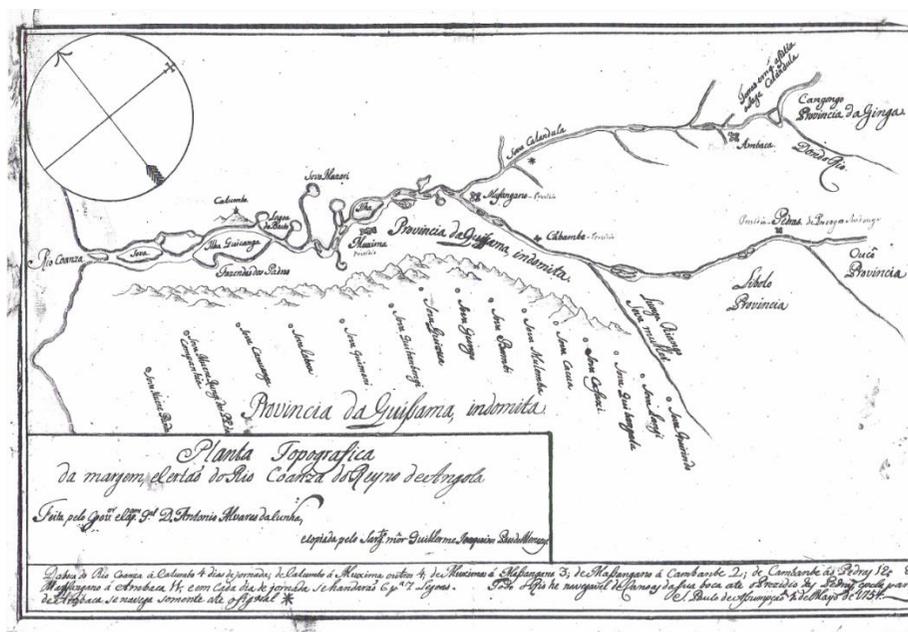
Escala regional

Como referimos, a presença portuguesa na África do século XVIII foi bastante restrita. Nos arquipélagos atlânticos e ao longo dos litorais são maioritariamente implantações à escala local que encontramos, quer como herança dos pontos de apoio à ligação marítima Portugal-Índia (Cabo Verde, Ilha de Moçambique), quer como testemunho dos entrepostos de comércio de escravos (rios

da Guiné, São Tomé, Luanda), e dos produtos chegados do interior do continente. Na costa ocidental, a exceção é o espaço Congo-Angola; na oriental, o vale do Zambeze, as duas grandes regiões há muito percorridas pelos portugueses.

Até à realização dos trabalhos coordenados pelo Coronel Engenheiro Luís Pinheiro Furtado (1773-1790), a imagem portuguesa da costa ocidental da África austral, particularmente de Angola, repartia-se por um conjunto de mapas corográficos parcelares. A explicação dessa percepção passa, por um lado, pela não existência de uma unidade territorial entre os diferentes reinos africanos; e por outro, pelo relativo interesse e conhecimento europeu de parte desses espaços.

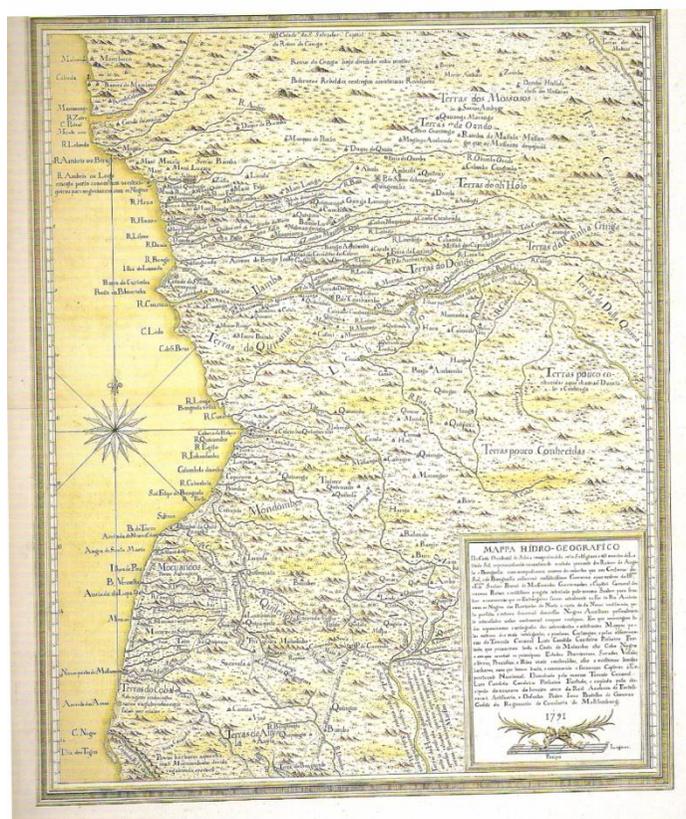
Os mapas, de pequena e média escala, figuravam a fachada litoral, a rede hidrográfica e os itinerários realizados com fins militares, económicos e científicos, como o do naturalista Joaquim José da Silva, na região de Benguela, em 1785-1786.



São documentos importantes para o conhecimento e dominação dos espaços políticos e económicos e para uma melhor compreensão da rede fluvial de comunicação, particularmente

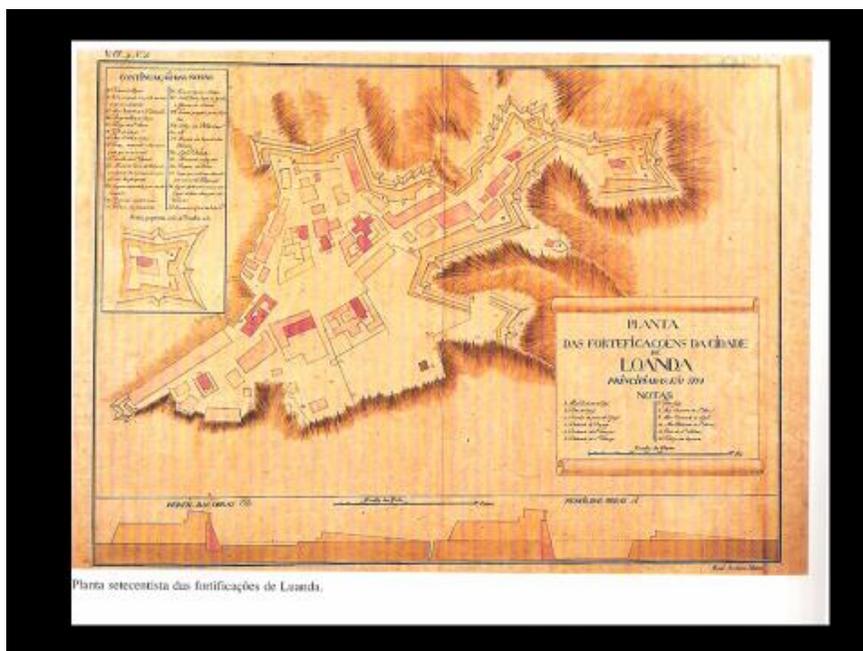
nos vales dos rios Zaire e Cuanza, essencial nos contactos com as rotas comerciais do interior do continente. O domínio das principais bacias hidrográficas e o controlo das comunidades autóctones que nelas viviam e das suas produções agrícolas e mineiras eram fundamentais para o poder europeu. A “Planta topográfica do paiz do Marquez de Mossulo e de Bombe seu aliado conquistado pelas Armas Portuguezas” (1791), de Felix Pinheiro de Lacerda, é um dos melhores exemplos desta cartografia regional colonial. O Visconde de Santarém fará editar o mapa em Lisboa, em 1855, aquando das negociações diplomáticas sobre a soberania da foz do rio Zaire.

A pressão política internacional do início do último quartel do século XVIII contribuiu para o levantamento de informação mais detalhada dos territórios.



Neste contexto, as plantas militares e hidrográficas e as plantas de arquitectura civil foram os instrumentos para o planeamento da ocupação, defesa e expansão do domínio colonial em Marrocos, Guiné, Cabo Verde, São Tomé, Angola e Moçambique.

No universo da cartografia topográfica e urbana de Angola dominaram as plantas militares.

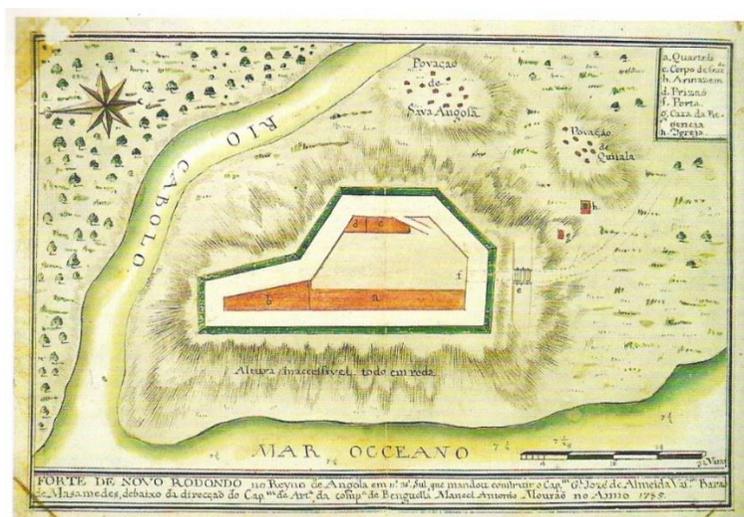


A “Planta do novo forte da cidade de S. Paulo d’Assumpção de Luanda”, coordenada por Guilherme Joaquim Paes de Menezes, em 1755, e a “Planta da fortaleza de Benguela”, de Frederico Jacob de Weinholtz, em 1758, são exemplo da importância dos trabalhos militares dedicados às principais cidades do litoral, Luanda e Benguela. A primeira, capital e sede de bispado, com ligação ao vale do Cuanza; a segunda, importante centro militar, início e terminus de extensas rotas comerciais com o interior.

A política colonial do Marquês de Pombal e a estratégia de desenvolvimento para os reinos de Angola, do governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1764 - 1772), conduziram à redefinição da ocupação militar do território e ao levantamento

de mapas à escala local ao longo da costa. A ocupação mais interior de espaços com interesse económico fica patente nos projectos delineados para a povoação de Nova Oeiras e a sua Real Fabrica de Ferro. As plantas elaboradas por Manuel Antonio Tavares, em 1776, são exemplos de planeamento urbano e de arquitectura civil colonial.

No último quartel de Setecentos foram realizados levantamentos hidrográficos nos principais portos e baías de Angola, entre Cabinda e Angra do Negro (Namibe), de que é exemplo o “Plano e prospecto das terras adjacentes ao Porto de Mossamedes”, elaborado por Luís Pinheiro Furtado, em 1785.



Estes trabalhos procuravam um maior conhecimento dos principais portos e baías a Norte de Benguela, como Novo Redondo, e preparar a ocupação de novos pontos costeiros entre Benguela e a Enseada das Areias (Tombua), em direcção à foz do rio Cunene.

Assim, a cartografia topográfica e urbana portuguesa sobre o continente africano foi um importante meio, não só, para o estabelecimento político, económico, social do colonizador, mas também, para a formação do conhecimento desses espaços na Europa. Entre todos estes mapas, quais terá Ladislau Magyar conhecido e levado para as suas viagens?

István Rákóczi¹

Por este rio acima... problemas filológico-historiográficos do texto de László Magyar sobre a sua viagem pelo Congo-Zaire

Na minha modesta contribuição para o Colóquio Magyar 200 seja-me permitido tecer algumas considerações e fazer alguns comentários a respeito do primeiro dos textos enviados por László Magyar para a Hungria sobre as regiões por ele percorridas, intitulado a *Minha incursão no grande rio africano do Congo ou Zaire até as cataratas de Faro-songo*. O ponto da vista da minha análise será o da micro-filologia e da crítica historiográfica da mesma fonte. Pretenderei apontar alguns dos problemas, utilizando por método a crítica massorética da hermenêutica, fazendo uso portanto de comentários ao texto, criando um espaço de contexto interpretativo. Neste espaço mais alargado do texto podemos incluir, e com um valor testemunhal especial, já que escritas pelo mesmo autor as cartas do autor da descrição, o próprio László Magyar. Iremos dar preferência a um anexo especial da sua correspondência, o texto do „*Breve sumário da minha vida*”, tanto por tratar uma informação autodiegética, como por estar cronologicamente muito perto daquele texto que é fruto da sua primeira viagem em Angola.

Da sua correspondência ficamos informados sobre a tradição manuscrita do texto, de que se salientam aqui alguns elementos. Vejamos sucintamente. Sabemos

1º que este texto teria sido enviado pela primeira vez para a Hungria em 1848. Magyar afirma que não recebeu resposta alguma até a data de 1 de julho de 1849 a uma sua carta „*escrita no ano passado, em meados daquele ano*”² (ou seja 1848), cujo anexo teria sido a sua descrição sobre o Baixo-Congo.

¹ Professor com agregação, Ph.D, chefe do Departamento de Estudos Portugueses na Universidade ELTE de Budapeste, investigador correspondente do CHAM da Universidade Nova de Lisboa

² Carta de L.M. para o seu pai Imre Magyar, *Magyar László útinaplója és levelei Afrika belsejéből* (Diário e cartas de László Magyar do interior de África, közreadja Sebestyén Éva, Balassi Kiadó, MTA Könyvtára, p. 84.

2º Da mesma carta sabemos que a razão da não recepção da sua carta (que continha „*um excerto duma navegação pelo rio Congo ou Zaire para o interior do continente*”) devia ter sido a „*grande revolução política na Europa*”, bem como as circunstâncias de „*a pátria ter sido forçada a lutar contra a águia bicéfala*”. Tais conclusões de Magyar provêm de jornais que lhe faculta „*um capitão dum navio de guerra francês*” ancorado na costa angolana.

3º Apesar de ter deduzido os motivos da não recepção da carta em questão, que constitui a nossa primeira fonte externa, pede para ser acusada a recepção do texto extraviado, o qual chamemos de „**Manuscrito A**”.

4º Duma outra carta, escrita no Bié para o seu pai em 20 de Agosto de 1856 sabemos que „*deixo e anexo a descrição escrita há muito tempo duma minha viagem feita no rio Congo, na esperança de ser apreciado pelo mundo científico, e que peço ser emendada dos erros anteriores e publicada.*” Explica ainda que tem consigo prontos outros trabalhos, interessantes do ponto de vista geográfico, mas que a falta de espaço não lhe permite serem despachados juntos e ao mesmo tempo. Chamemos esta segunda versão de **Manuscrito B**, hoje existente e preservado no espólio familiar (Coleção Fluck, doc.nº 3), de que uma primeira página está reproduzida em Sebestyén 2008.³

O resultado final impresso deste tratado fica inserido no volume de „*Cartas e excertos dos diários de viagem de László Magyar*”, publicado a despesas da Academia das Ciências, e editado por János Hunfalvy em 1857, p. 26-50, reproduzido aliás em edição filologicamente fiel ao manuscrito original por Éva Sebestyén na obra citada entre as páginas 23 e 53.

Do próprio texto da descrição da viagem ficamos informados e convencidos, por mais do que uma alteração, de que entre os Manuscritos A e B existem notáveis diferenças. Por agora, um único exemplo: „*tive ocasião de ver imbondeiros na*

³ idem, *ibidem* p. 141 (na primeira página não numerada do seu livro que publica os documentos que lhe fornece a Coleção Familiar)

parte mais seca” – diz o segundo texto – „e bem mais no interior de África, como em Ou-kanyama também.”⁴ Como sabemos que Magyar percorre esta região só em 1852, tal frase não podia portanto ter figurado numa versão escrita em 1848. Mais importante é repararmos que a última parte do Manuscrito B contém uma série de emendas e notas assinaladas por seu autor com cruces e asteriscos, respectivamente. O recurso a tais acrescentos, que servem como indicações tipográficas, permitem-nos qualificar este texto, dada a preocupação especial do seu autor, como uma versão elaborada e destinada já a um editor com instruções do autor para a tipografia do seu texto. Por alusão feita na última frase do texto a uma viagem que foi efectuada por David Livingstone em 1852, também podemos delimitar a altura da sua redação/reelaboração: por tanto, esta segunda versão deve ter sido redigida entre 1852 e 20 de Agosto de 1856, logicamente bem mais perto da última destas duas datas. A existência de relativamente poucas emendas, bem como a própria letra do texto do manuscrito, levam-nos também deduzir terem por base comum, tanto o manuscrito A como B, um autógrafo original, que chamaremos de „**Manuscrito 0**”, e que podia ter sido precedido (ou não) de um rascunho, o qual por seu turno podia ter sido lavrado num esquema cronológico simples, correspondendo a um diário das notas ou de observações feitas na própria viagem.

Nesta mesma carta de 20 de Agosto de 1856 há uma interessante alusão a um rol de livros que não chegaram às mãos de Magyar, mas cuja índole sabemos da seguinte citação: „lamento imenso não me teres podido mandar os livros pedidos, de que preciso muito para a redacção do meu trabalho, razão pela qual volto a pedir-te agora que me faças chegar às mãos na primeira possibilidade que surja: um tratado de história natural de algum bom autor, se possível acompanhado de desenhos, bem como a descrição da viagem pela África austral de vários autores, muito particularmente a do dr. David Livingstone, que viaja comigo nas mesmas paragens e cujos excertos podem ter sido já publicados entretanto em Inglaterra”. Daí podemos concluir que

⁴ Sebestyén, *op. cit.* p. 44. nota 40.

a evolução interna do texto final da descrição podia incluir também não apenas e exclusivamente as suas observações, ou sejam do próprio Magyar, como também as que se encontrassem em outras fontes, as quais de resto podiam servir ao explorador húngaro como modelos e/ou base de comparação.

Sabemos também por indicações explícitas e implícitas dos outros textos seus que, apesar das várias queixas recorrentes⁵, László Magyar não estava terminantemente cortado daquelas notícias que mais lhe interessavam a respeito do interior de Angola, pois lê, por exemplo, *O Boletim Oficial do Governo de Angola*, como observa Sebestyén⁶, tendo igualmente acesso a algumas informações que lhe chegam curiosamente do Brasil. No seu „Breve sumário da minha vida”⁷ diz concretamente que - cito - „depois de ter percorrido longíquas terras, e de ter atravessado inúmeros rios [...] voltei aqui de integra saúde, onde recebi a tua amável carta /ou seja a do seu pai, R.I./ bem como me esperavam numerosas cartas de amigos meus do Brasil, acompanhadas de jornais do Rio de Janeiro, com exemplares desde Janeiro até o final de Junho de 1850”, o que, remata, lhe servia de „sustento espiritual.”

László Magyar, por outro lado também não desconhece os esforços da exploração geográfica de gerações anteriores e coevas de insignes viajantes, cujos nomes são citados nas suas cartas: „Quis seguir Mungo Park, Denham, Claperton, notáveis exploradores africanos”⁸ E numa outra passagem numa outra carta acrescenta ainda: „Afiguram-se entre os vultos de maior e digno mérito: o sábio inglês dr. David Livingstone, seguido de

⁵ Apontemos aqui uma humana e significativa nota psicológica: uma parte das cartas escrita a familiares (à exceção das dirigidas ao seu pai, mais íntimo e uma espécie de assessor, de quem aceita e põe em prática vários conselhos sobre por exemplo a estruturação das suas observações) é datada de 25 de Dezembro, ou seja, no Natal.

⁶ Sebestyén, *op. cit.* p. 53. nota 55.

⁷ Publicado primeiro por Hunfalvy in: *op. cit.* (1857, Pest, Eggenberger, Ferdinand, livreiro da Academia das Ciências, pp. 14-18)

⁸ Carta escrita em Humpatao ao seu irmão Imre Magyar júnior, em o 25 de Dezembro de 1853.

Francis Gallon⁹ (sic!), Barth, e o português duma profunda visão António Candido Pedroso Gamito (...)" . Uma futura investigação – facilitada pelo facto de ter sido efectuada já uma tradução deste texto para português – deve esclarecer os possíveis textos de apoio e influências ou empréstimos – se é que os tenha havido – de outras descrições anteriores ou coevas de que podia valer-se Magyar no momento da escrita ou reelaboração desta sua obra. Seria igualmente de incalculável valor encontrarmos o Manuscrito A do seu texto, dado hoje por perdido, para analisarmos através dele uma evolução interna do seu autor, que em 1848 não dá mais do que um primeiro passo apenas, seguindo-se um posterior salto epistemológico, para vir a crescer e passar a converter-se de simples aventureiro a conceituado explorador. De qualquer forma, o resultado final, em termos geográficos absolutos, é muito mediocre: embora ofereça as coordenadas geográficas dos pontos visitados e faça uma descrição da paisagem e habitat, não acompanha o seu texto de um mapa que visualize o espaço percorrido. Não é este o caso de James Kingston Tuckey e da „*Narrative of an expedition to explore the River Zaire, usually called the Congo in South Africa*”, de 1816, que se traduz no *Tuckey's Map of the Congo River*, de amplíssima divulgação. A viagem de Magyar não pode ser comparada com esta bem preparada - e mesmo assim „naufregada” - expedição, que embora faça o reconhecimento dum troço do rio além de Jellala, é porém dizimada por fatais doenças. Tuckey levava consigo instruções específicas e, desde botânicos a linguistas, uma longa lista de exploradores especializados, enquanto o nosso solitário Magyar, sem qualquer rectaguarda colonialista, emprestava apenas o seu olhar curioso e atento a uma narrativa subjectiva. Qual será, mesmo assim, o seu mérito? O foco evidentemente será outro: constitui mesmo hoje em dia uma fonte primordial da fase ilegal do trato negreiro, volvida uma década sobre a sua proibição. Mesmo assim, seguindo a crítica filológico-historiográfica do seu texto-depoimento, cabe colocar duas perguntas essenciais: porque foi escrito e para quem? Por mais

⁹ Entenda-se Galton, naturalmente.

intrigantes que sejam estas questões, adiantemos que a língua do documento em questão é a húngara e não outra, bem como o facto de o destinatário da versão editada ser um público leitor húngaro¹⁰, segundo o testemunho da carta de 1849. Embora tenhamos umas „respostas prontas”, havemos de insistir quanto aos motivos da redacção do texto e seus prováveis leitores ou destinatários.

Ao serviço de quem?

A crítica moderna tem apontado tanto para várias incongruências No texto da descrição, como para algumas das suas características dificilmente explicáveis. „László Magyar, no verão de 1848, ao chegar a terras angolanas, começa a sua carreira de explorador, cujo primeiro tema principal é o tráfico ilegal dos escravos, centrado nas feitorias do trato negreiro, situadas no norte de Angola. No início da sua actividade, partindo de Ambris, de tão má fama pelo seu tráfico de escravos, visita as feitorias ilegais junto do rio Congo. Não consta nos arquivos o que o teria motivado a fazê-lo, uma incumbência portuguesa ou inglesa, ou o seu intuito de explorador.”¹¹

Antes de colocar e pôr logo de lado a segunda das hipóteses, queria realçar um facto tão evidente e banal como incontornável: em 1848, do que Magyar possuía experiência era nada mais nada menos que precisamente do trato negreiro, para além das suas recicladas habilitações em matéria de marinhagem. É de amplo conhecimento que Magyar, numa fase anterior ao seu estatuto de „self-made-explorer”, vivia precisamente deste trato, e confessa-se ter sido afortunado por este tráfico, pois compra destes seus proventos os seus instrumentos náuticos (os mesmos que depois utiliza em Angola também para as suas observações

¹⁰ Mesmo assim, Szilárd Biernaczky, nas actas do colóquio Magyar200, Szombathely, 14-15 de Dezembro de 2018 - por publicar neste volume - num seu ensaio intitulado *Magyar László recepciója itthon és külföldön* (A recepção de László Magyar entre nós e no estrangeiro), aponta para o facto de que o abade Dinomé, em „Magyar, László: Résumés des voyages exécutés dans l'Afrique Australe en 1848, 1849 et 1852”, In: Dinomé trad. e org., *Nouvelles annales de voyages de la Géographie, de l'Historie et de l'Archéologie*, tome IV, [sixième series - quatrième année], pp. 5-54 --- (traduzindo Petermann 1857), proporciona uma circulação internacional ao texto estudado.

¹¹ Sebestyén, *op. cit.* p. 49, nota 44.

astronómicas) e cobre os custos do aprimoramento profissional que lhe proporcionará colocar-se depois como primeiro oficial e capitão ad hoc de viagens marítimas em outros mares e oceanos. O episódio da sua contratação efêmera como capitão de navio de guerra no conflito entre o Uruguai e a Argentina, subsequente ao bloqueio internacional do Rio da Prata em 1845, e a sua frustrada proposta para efetuar viagens de exploração sul-americanas de modo a reunir uma coleção de peças arqueológicas para a Academia das Ciências da Hungria, constituem um capítulo intercalar de um obscuro prelúdio da fase da sua vida entre a de explorador de escravos e explorador do Continente Negro. Ele nunca nega o seu envolvimento no „perigoso e maldito trato”¹², mas assaz curiosamente no texto da sua *Navegação pelo Rio Congo* omite qualquer referência a este passado, não tão remoto quanto se poderia pensar. Por um episódio singular relatado neste texto, em que conta ter vencido as suspeitas da „corja internacional e piratesca” do trato ilegal na feitoria em Ponta da Lenha, oferece porém ele próprio uma pista interpretativa diferente do até agora proposto. Não resisto em citar o dito episódio na minha modesta tradução, que aguarda ainda publicação:

„Imagem os meus leitores a minha situação, que sendo o único de nacionalidade húngara, vindo de paragens e paradiços desconhecidos, apareço de repente na comunidade de comerciantes de escravos composta por trinta nações e que levavam uma vida pirata. Embora dominasse o seu português e espanhol, pela minha condição, sendo eu antigo oficial de marinha, bem podia ser considerado seu inimigo implacável.”

„O que andarás a fazer aqui este cão austro-húngaro?” – perguntavam entre si os mais grosseiros, enquanto outros tinham por certo tratar-se no meu caso simplesmente dum espião de algum navio inglês de caça-negreiros, vindo para indagar pormenorizadamente a topografia dos seus esconderijos, a quantidade, a hora e o lugar do embarque dos escravos comprados, para facilitar aos ingleses não apenas a captura dos escravos embarcados no mar, mas também, uma vez conhecida a

¹² Texto do seu *Breve sumário da minha vida*, que deixo aqui na minha tradução, em anexo a este trabalho, caso tivesse intenção para a sua publicação.

navegação fluvial, arrasar os depósitos do seu trato aqui instalados.

Francamente, não me parece que possa haver uma explicação mais lógica do que esta para justificar a sua incômoda presença no curso navegável do baixo Congo/Zaire, salpicado por agentes do trato ilegal, do que a hiperbolicamente referida: a espionagem. O facto de ter passado pelas mãos de franceses e britânicos e de receber uma indulgência de última hora junto dum tribunal marcial após a sua detenção em Maldonado, parecem reforçar ainda mais esta suposição. É mais do que curioso realçar, continuando a narração dos acontecimentos, e voltando a dar a palavra ao próprio Magyar, que é precisamente nesta passagem que é recordado um anónimo „conhecido das águas de la Plata”:

„Tudo isto não era por mim ignorado, e cheguei a perder todas as minhas esperanças de poder continuar a viagem pelo rio acima, embora afortunadamente as opiniões relativamente a minha pessoa fossem divergentes. Tanto mais que pude receber, por obra dum conhecido que aqui reencontrei dos tempos das águas do Rio da Prata, até certa simpatia por parte de outros em relação a mim. Depois duma estada de 16 dias, e dada a influência deste conhecido, pude acalmar as dúvidas que levantava a minha permanência aqui.”

A alusão aos tempos em que László Magyar servia como oficial de marinha de guerra na Argentina em 1845 levantam algumas legítimas dúvidas. Tal „amigo”, na melhor das hipóteses, pouco podia ter-lhe valido no Congo, e talvez seja mesmo de *outros tempos* este conhecido que o ajudara a pôr-se a salvo da sua grave situação. Seja como for, Magyar não chega a identificar o seu „salvador”, numa narrativa que, confessemos, é um pouco rocambolesca. Contudo, o texto, e sem uma sua interpretação factual, deixa outras questões em aberto também.

Outros paradoxos interpretativos

A não ser que a permanência de László Magyar no Reino de Calabar (1846/1847-1848) seja apenas um *build story*, uma história para encobrir uma outra, o que por agora não passa de uma mera hipótese da nossa parte, devemos examinar uma outra plausível

- se bem que de sobrevalorizada interpretação - , nomeadamente a de László Krizsán¹³ quanto ao financiamento da viagem pelo Baixo Congo. Tal expedição, que previa custos para os remadores cabindas, presentes aos chefes locais, mantimentos, produtos de troca europeus e boas equipagens, é pouco provável que um Magyar solitário pudesse ter reunido tais e tantos recursos em menos de dois anos, recém-chegado a estas partes da África, sem ter acumulado recursos, pois financeiramente falando fora “inactivo” na América do Sul, mesmo com o soldo de capitão da marinha local, que efectivamente possa ter ganho ao chefe Trudodati Dalaber Almanzor - cuja existência não está aliás comprovada de forma incontroversa. Sendo assim, não carece de lógica a proposta de Krizsán de tratar-se neste caso de mais do que uma licença recebida por parte de “sua Majestade negra” - como o chama Magyar na sua autobiografia - para ausentar-se a fim de restabelecer a sua saúde, mas sim dum ‘mecenato’. Aceitando esta premissa, Krizsán lança ambiciosas conclusões, pois, no seu entender, tratar-se-ia dum investimento cultural e duma cooperação científica que ocorre pela primeira vez entre africanos e europeus ao serviço da exploração geográfica do Continente Negro, sendo financiada pela parte africana. Uma última hipótese a este respeito levar-nos-ia para o outro lado do Atlântico, para procurarmos os seus “patrocinadores” entre grupos brasileiros interessados em obter alguma informação actualizada sobre a origem de escravos dum dos seus focos mais activos, em tempos de crise de colocação da mão de obra africana no mercado transatlântico.

Por causa da falta de novas fontes à nossa disposição, que permitissem consolidar a arquitectura de qualquer uma das hipóteses tratadas supra, só podemos aventurar conjecturas e votar arbitrariamente naquelas em que possamos encontrar menos dúvidas. Uma última observação, que fora feita já por Éva

¹³ „Első együttműködés a történelemben fehér és fekete bőrűek között Afrika tudományos megismerésében” („A primeira cooperação entre homens de pele braca e negra na exploração de África”. In: *Földrajzi Múzeumi Tanulmányok*, 12. szám, pp. 15-22.)

Sebestyén¹⁴, e que também merece ser considerada: embora que não se encontre qualquer documento que comprovasse um serviço à Coroa Portuguesa, é digno de nota que Magyar trate com certo pormenor em este seu texto a questão da navegabilidade do rio, que foi uma das linhas de acção mais procuradas na exploração geográfica da colónia portuguesa em todo o século XIX. Em relação a esta questão, julgo não ter sido inútil o tratamento filológico que fiz ao texto da descrição de Magyar. Na minha leitura, é só precisamente a versão B do manuscrito – uma reescrita, uma nova redacção da primeira –, que podia e pretendia já satisfazer aquela curiosidade que caracterizava a mentalidade das autoridades coloniais portuguesas, que de resto também não precisavam muito das já conhecidas conclusões genéricas que Magyar tira, se bem que algumas observações pontuais sobre a profundidade da água e os rápidos do curso do rio possam ter tido algum interesse prático.

Conclusões

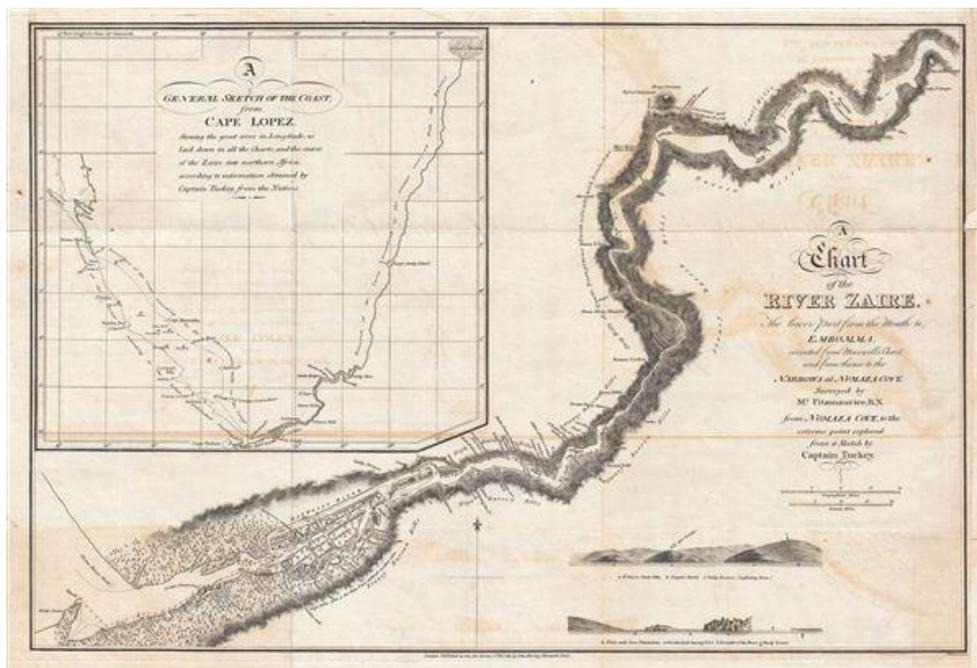
Na minha modesta opinião e interpretação, esta descrição feita por Magyar sobre o rio Congo pode ser qualificada de um palimpsesto de informação, de que podemos fazer a ecografia de camadas sobrepostas, uma análise que corresponde a diversos tempos da sua 're-escrita'. Esta, por seu turno, acompanha uma evolução intelectual, e um trajecto modelador do seu autor. Csaba Ecsedy, no seu ensaio publicado em húngaro em 1969, mas também em inglês em 1984¹⁵, chama a atenção para este documento não apenas como uma fonte de informação ímpar relativamente à feitoria ilegal de Boma, mas enquanto meta-documento que serve para apresentar uma evolução interna do seu autor. Como observa Szilárd Biernaczky, trata-se duma metamorfose: „dum oficial da marinha para um viajante busca-aventuras, que posteriormente transforma-se no descobridor

¹⁴ Sebestyén, *op.cit.* p. 49, nota 44.

¹⁵ Csaba Ecsedy „Magyar László: 1818–1864”, In: *Ethnographia*, 53, 4, pp. 557-564, „An African Hungarian: László Magyar (1818-1864)”, In: *Africana Budapest*, 1nº, pp. 9-23.

autodidacta de factos geográficos e etnográficos por ele observados.”¹⁶

Apêndice



A Chart of the River Zaire, the lower part from the Mouth to Embomma, 1816

¹⁶ Szilárd Biernaczky: op. cit. In. *Actas* por publicar.